

Pedro Pacheco nasceu na freguesia de Santa Maria do Castelo, em Almada, em data incerta, mas seguramente próximo do dia do seu batismo, 17 de abril de 1636, ato em que teve por padrinhos Luís de Sousa Castelo Branco e Maria de Sá. Os seus pais foram Jorge Pacheco de Mendonça e Beatriz Barbosa¹.

Segundo Casimiro Nazareth, Pedro Pacheco terá estudado no colégio de S. Tomás de Goa e foi vigário-geral dos dominicanos na Índia e nada mais se conhece da sua formação e carreira². Recebeu as ordens de missa em Cochim, no ano de 1662³.

A 3 de outubro de 1693, o secretário de Estado Mendo de Fóios Pereira escreveu ao nuncio Giorgio Cornaro, residente em Lisboa, solicitando-lhe que preparasse e remetesse o processo consistorial de Pedro Pacheco para Roma, a fim de que o dominicano fosse confirmado bispo de Cochim⁴. A 7 de novembro desse ano, fazia o seu juramento e profissão de fé, por procuração, através do nuncio, por se encontrar em Cochim⁵. Por fim, no dia 4 de janeiro de 1694 Pedro Pacheco foi preconizado na prelatura cochinese⁶. Em dezembro deste ano, aliás, encontrava-se em Lisboa, como nos é dado a saber por uma carta do próprio dirigida ao vice-rei da Índia⁷.

Desconhece-se quando foi sagrado e quando partiu para a sua diocese. A 7 de fevereiro de 1701, todavia, encontramo-lo em Tanor, região sita nas fronteiras da sua diocese, e em maio desse ano em Coulão, onde publicou uma pastoral, a 18 de maio, permanecendo nessa cidade, pelo menos, até novembro⁸.

Ainda seguindo Casimiro Nazareth, Pedro Pacheco terá ido para Goa em 1706, nunca mais regressando a Cochim⁹. Ali terá assumido o cargo de governador do bispado no ano de 1713, falecendo em setembro do ano seguinte¹⁰. O historiador dominicano Pedro Monteiro situa, por seu lado, o falecimento de Pedro Pacheco no ano de 1713¹¹.

¹ Conforme certidão do seu batismo em Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Processus Consistoriales, vol. 88, fl. 89.

² Casimiro Nazareth, *Mitras Lusitanas do Oriente*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1887, p. 121.

³ Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Processus Consistoriales, vol. 88, fl. 91.

⁴ Archivio Apostolico Vaticano, Archivio della Nunziatura in Lisbonna, 10 (4), fl. 6.

⁵ Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Processus Consistoriales, vol. 88, fl. 88.

⁶ Archivio Apostolico Vaticano, Archivio Concistoriale, Acta Camerarii, vol. 24, fl. 79 e Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), códice 49, *Catálogo dos bispos de Cochim*, fl. 172.

⁷ Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Conselho Ultramarino, Índia, caixa 68, doc. 69.

⁸ Para a estadia em Tanor ver Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Conselho Ultramarino, Índia, caixa 76, doc. 19. Para Coulão ver, no mesmo fundo documental, caixa 76, doc. 19 e caixa 72, doc. 28.

⁹ Casimiro Nazareth, *Mitras Lusitanas...cit*, p. 121.

¹⁰ Casimiro Nazareth, *Mitras Lusitanas...cit*, p. 121. A data do falecimento é sustentada também por Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*. Barcelos: Livraria Civilização, 1968 (1ª edição entre 1910-1928), vol II, p. 691.

¹¹ Pedro Monteiro, *Claustro Dominicano, Lanço Prymeiro*. Lisboa Occidental: na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1729, p. 74.

Diogo Barbosa Machado colocou em evidência a qualidade literária do dominicano, a propósito de uma sua obra, *Discurso sobre a sentença Tudo e nada diz quem diz amigo*, impressa em Lisboa em 1685, e hoje de excecional raridade¹². E, na verdade, existe um texto de apreciável qualidade, manuscrito, no qual o dominicano justifica, em termos eruditos e prenes de engenho literário, um conflito que manteve com o arcebispo de Goa, o carmelita fr. Agostinho da Anunciação, acerca da missionação na ilha de Ceilão, território da diocese de Cochim. Trata-se de uma dissertação acerca dos “sonhos do Arcebispo Primaz”, homem que, de acordo com Pedro Pacheco, “escreve porque sonha, e quanto sonha escreve”¹³.

Merece igualmente menção um projeto seu, redigido em 1694, no qual propunha ao monarca a ideia pioneira de juntar as duas costas africanas, moçambicana e angolana, para transporte de mercadorias vindas da Índia. Nos termos do próprio, o propósito era o de “se comunicarem por terra as duas Ehiopias sogeitas a sua Real Coroa”. Nesse texto, o bispo propunha ainda ao rei que se eliminasse a proibição de regresso de todos os portugueses que fossem para a Índia, “porquanto a razão natural ditava amarem todos a pátria”¹⁴.

Pedro Pacheco foi nomeado bispo de Cochim numa altura que aquela região já não estava em mãos portuguesas, pelo que teve que a governar oculto, sujeito a perseguições pelas autoridades holandesas que detinham do território.

O prelado de Cochim deixou um vasto caderno de documentação, no qual fica bem patente a forma como a *Propaganda Fide*, a congregação romana para a missionação dos territórios extra europeus, aproveitou a apropriação holandesa da costa do Malabar, onde se localizava Cochim, para atingir uma posição de exclusividade missionária, eliminando definitivamente a presença portuguesa¹⁵.

António Vitor Ribeiro

¹² Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, vol. III, p. 607-608.

¹³ Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Conselho Ultramarino, Índia caixa 74, doc. 17, fl. 1.

¹⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Conselho Ultramarino, Índia caixa 68, doc. 69.

¹⁵ Esse volumoso caderno encontra-se em Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Conselho Ultramarino, Índia, caixa 76, doc. 19.